



PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº035/2025, DE 10 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre o regime de adiantamento de  
numerário, e dá outras providências.

ALBERTINHO DASSOLER, Prefeito Municipal de São Valentim - RS, Estado  
do Rio Grande do Sul,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e  
promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O regime de adiantamento de numerário, aplicável à Administração Direta  
local, obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2º - O adiantamento consiste na entrega de numerário a servidor, a fim de lhe dar  
condições de realizar despesas de competência da Administração Pública Municipal que, por  
sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal, sempre precedido de  
empenho na dotação própria, conforme artigo 60, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo único: Os pagamentos a serem efetuados através do regime de adiantamento  
ora instituído restringir-se-ão aos casos previstos nesta Lei e sempre em caráter de exceção.

Art. 3º - Poderão ser realizados sob o regime de adiantamento os pagamentos das  
seguintes espécies de despesa:

- I – despesas com material de consumo;
- II – despesas com serviços de terceiros;
- III – despesas com diárias e ajuda de custo;
- IV – despesas com transporte em geral, incluído combustível;
- V – despesas relativas ao preparo de atos judiciais;
- VI – despesas que tenham que ser efetuadas em lugar distante da sede da Administração  
Municipal, ou em outro Município;
- VII – pequenas despesas de pronto pagamento;

Parágrafo único: Consideram-se pequenas despesas e de pronto pagamento, para os  
efeitos desta lei, aquelas realizadas em valor não superior a 10% (dez por cento) do limite  
estabelecido no artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e que se realizarem com:

I – serviços postais, material e serviços de limpeza e higiene, lavagem de roupa, café e  
lanche, pequenos fretes e carretos, transportes urbanos, pequenos consertos, gás e aquisição  
avulsa de livros, jornais e outras publicações;

II – encadernações avulsas e artigos de escritório, de desenho, impressos e papelaria,  
em quantidade restrita, para uso ou consumo próximo imediato;

III – artigos farmacêuticos ou de laboratório, em quantidade restrita, para uso ou  
consumo próximo imediato;

IV – outra qualquer, de pequeno vulto e de necessidade imediata, desde que  
devidamente justificada.

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO VALENTIM-RS

ENTRADA

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49

Protocolo n. 87 / 2025 Data: 11/09/2025

Hora: 14 h 12 min

ASSESSORIA



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

**SÃO VALENTIM**

Art. 4º - O valor do adiantamento de cada espécie de despesa será de até 850URMs, observado o limite do parágrafo único do artigo anterior, com exceção dos que se destinem a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, despesas judiciais, despesas de missão oficial fora da sede do Município, que serão no valor necessário, devidamente comprovado.

Art. 5º - O prazo para aplicação do valor recebido será de até 60 (sessenta) dias, contado da data de seu recebimento, não podendo o responsável ausentar-se por férias ou licença sem haver prestado contas do adiantamento, nem ultrapassar o exercício financeiro.

Art. 6º - As requisições de adiantamentos serão feitas pelos Coordenadores, Diretores e Secretários Municipais, mediante preenchimento de formulário padrão aprovado em regulamento, dirigido ao Prefeito Municipal.

Art. 7º - Das requisições de adiantamento constarão, necessariamente, as seguintes informações:

- I – dispositivo legal em que se baseia;
- II – identificação da espécie da despesa mencionando item do artigo 3º no qual ela se classifica;
- III – nome completo, cargo ou função do servidor responsável pelo adiantamento;
- IV – dotação orçamentária.

Art. 8º - É vedado o adiantamento para fins de despesa de capital.

Art. 9º - É vedado a concessão de adiantamento nos seguintes casos:

- I – a quem não haja prestado contas do anterior no prazo legal;
- II – a quem deixar de atender notificação para regularizar a prestação de contas, dentro de trinta dias;
- III – a quem seja responsável por dois adiantamentos.

Art. 10 - No prazo de 10 (dez) dias a contar do termo final do período de aplicação estabelecido no artigo 5º, o responsável prestará contas da aplicação do adiantamento recebido na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único: A cada adiantamento corresponderá uma prestação de contas.

Art. 11 - O processo de prestação de contas de adiantamento deverá ser objeto de parecer emitido pelo serviço de contabilidade do órgão.

Art. 12 - Ao servidor responsável pelo adiantamento que deixar de cumprir os prazos de que tratam os artigos 5º e 10 desta Lei, será imposta a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do adiantamento, limitada ao máximo de 20% (vinte por cento).

Art. 13 - Será considerado em alcance:

- I – o responsável que não comprovar a aplicação do adiantamento até 30 (trinta) dias após vencido o respectivo prazo de prestação de contas;
- II – o responsável que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação, não recolher o valor glosado ou a multa que lhe tiver sido imposta;

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49





Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO VALENTIM**

III – o responsável que movimentar numerário para fins outros que não aqueles específicos para pagamento das despesas especificadas na requisição do adiantamento.


Art. 14 - O débito do servidor considerado em alcance ficará sujeito a atualização monetária, calculada de acordo com os índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Municipal, e a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidentes sobre o valor atualizado.

Art. 15 - O Poder Executivo regulamentará, no que couber, mediante Decreto, o disposto nesta Lei.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM, aos dez dias do mês de setembro de 2025.

  
Albertinho Dassoler  
Prefeito Municipal

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 - Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**SÃO VALENTIM**

Justificativas ao Projeto de Lei nº035/2025

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir a nível local o novo regime de adiantamento de numerário.


Tal regime, de a muito aplicado nas administrações públicas, se presta para agilizar e fazer frente a pequenas despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal da despesas pública.

Os valores adiantados deverão ser objeto de prestação de contas, na sazonalidade estabelecida.

Se tratam de despesas públicas, realizadas com a segurança e higidez que lhe são peculiares, apenas, pela natureza, valor e urgência, poderão ser realizadas com maior celeridade, com ganhos ao serviço público.

O tema é bastante comum nas administrações públicas e contempla o interesse público local.

Sem mais para o momento, desde já agradeço a atenção dispensada, aproveitando a oportunidade para apresentar-lhe protestos de estima e alta consideração.

  
Albertinho Dassoler  
Prefeito Municipal

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 - Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara Municipal de Vereadores de São Valentim**

**PARECER DE Nº 052/2025, PROJETO DE LEI Nº 035 DE 10 DE SETEMBRO DE 2025.**

**Da COMISSÃO PERMANENTE, JUSTIÇA, FINANÇAS E ORÇAMENTO, sobre o PROJETO DE LEI Nº 035 DE 10 DE SETEMBRO DE 2025.** Dispõe sobre o regime de adiantamento de numerário, e dá outras providências.

**Autor: Poder Executivo**

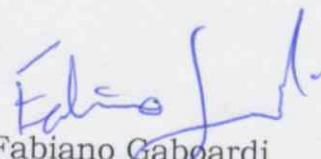
**I – RELATÓRIO**

Com base no artigo 39, inciso, I do Regimento Interno da Câmara Municipal, e artigo 30, inciso I da Constituição Federal, o Presidente da Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento, e os demais integrantes se reuniram para emissão de parecer sobre o **PROJETO DE LEI Nº 035 DE 10 DE SETEMBRO DE 2025**. Dispõe sobre o regime de adiantamento de numerário, e dá outras providências.


**II – VOTO**

Diante do exposto, em virtude da legalidade do projeto, os subscritores acordam em submeter à apreciação do Plenário, na forma dos votos expressos dos abaixo assinados.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2025.

  
Fabiano Gaboardi

  
Edgar Regoso  
Presidente

  
Vilmar Antonio Portella